

Raízes

v.33, n.1, jan-jun / 2011

Dossiê: Povos e Comunidades Tradicionais
(Carlos Guilherme Octaviano do Valle, Rodrigo de Azeredo Grünewald - Orgs.)

APRESENTAÇÃO

PLURALISMO RURAL: POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NO BRASIL

Carlos Guilherme Octaviano do Valle¹
Rodrigo de Azeredo Grünewald²

Ao longo da história, muitas territorialidades foram suplantadas com a hegemonia territorial do Estado-Nação brasileiro. Com a afirmação dos movimentos sociais camponeses e indígenas nas décadas de 1970 e 1980, o reconhecimento dos seus direitos territoriais e o subsequente conjunto de reivindicações por terras, por parte de diversos segmentos sociais, além do debate sobre a conservação da biodiversidade, a ideia genérica de populações tradicionais toma vulto, abarcando uma enorme diversidade de grupos sociais, cultural e historicamente distintos e com formas fundiárias e regimes de propriedade específicos. Na década de 1990, o Governo Federal se organiza para atender a grande demanda por diversas formas de territorialidade, não só das etnogêneses indígenas e quilombolas, mas de várias outras sociogêneses de comunidades que, se afirmando como grupos e territórios específicos, reivindicando uma ancestralidade peculiar e com uma história singular de apropriação dos recursos naturais, se afirmavam também como novos sujeitos de direitos específicos.

No âmbito do rótulo genérico de povos e comunidades tradicionais, que hoje é uma categoria jurídica e um objeto de política pública, um amplo conjunto de grupos sociais se consolida, ressaltando, cada qual, características próprias quanto aos seus modos de vida e especificidades culturais e históricas. Esse movimento, contudo, se complexifica, ao notarmos tanto fluidez ou hibridismo entre tais grupos, quanto um conjunto de tensões na aplicação da própria noção de tradicionalidade.

Os trabalhos que compõem este número de Raízes mostram uma preocupação com processos históricos, com a sociogênese de grupos e coletividades, com a multiplicidade de tradições culturais, com as implicações e paradoxos decorrentes da presença e contraste entre identidades sociais, bem como com a presença do Estado e as políticas públicas que decorrem de sua atuação. Nesse caso, os trabalhos deste dossiê concentram um interesse de entender tais dinâmicas em termos de processos identitários.

1. Professor de Antropologia da UFRN (cgvalle@gmail.com)

2. Professor de Antropologia da UFCG (grunewald.ufcg@gmail.com)

Considerando os trabalhos mais detidamente, vemos que alguns autores, tais como Giralda Seyferth e Estevão Palitot, mostram que as questões identitárias não se remetem apenas a períodos históricos mais contemporâneos, pois articulam-se à formação do Estado-nacional. Isso fica bem claro no estudo de Seyferth, que se volta às implicações da política de colonização interna do Brasil Imperial, portanto lidando especificamente com as últimas décadas do século XIX. Além disso, contamos com um trabalho que ilustra que a imigração européia para a região Sul do Brasil evidencia questões pertinentes e correspondentes para se pensar, considerando diferenças socioculturais óbvias, processos sociais mais contemporâneos, tais como os artigos que estão aqui incluídos, que se referem ao Nordeste brasileiro (Ceará, Paraíba e Pernambuco), à Amazônia e ao Mato Grosso do Sul. Desse modo, a interface entre Antropologia e História se mostra aparente e relevante _em alguns trabalhos mais enfaticamente do que em outros -, ou então, lida com a dimensão diacrônica que envolve, na maioria das vezes, a formação de coletividades e grupos étnicos.

Além de termos um foco sobre processos históricos, a memória social e étnica recebe uma atenção especial em certos estudos (Palitot, Grünwald e Valle), referindo-se à questões étnicas mais particulares, voltadas à formação de grupos e coletividades, as decorrências e leituras do passado por parte de seus membros e a compreensão cultural desses processos de formação societária. Assim, os Potiguara, estudados por Palitot, os Tremembé, pesquisados por Valle, e a formação da comunidade de Aritingui, investigada por Grünwald, evidenciam a preocupação de certos povos indígenas e comunidades tradicionais com sua memória social, definida por meio de narrativas culturais e da história oral.

Essa preocupação com processos históricos e com a formação de coletividades toma o sentido particular e constitutivo, em termos das dinâmicas societárias, do conflito como elemento central dos estudos aqui abarcados, que incluem, sobretudo, os trabalhos de Vânia Fialho, Rodrigo Grunwald, Estevão Palitot, Carlos Guilherme Valle e Fábio Mura e Alexandra Barbosa da Silva. Conflito esse que, muitas vezes, remetem-se aos planos de ação e aos efeitos políticos das agências governamentais e políticas públicas. Nesse sentido, temos a relevância da administração pública como fio condutor, em um primeiro plano, para as implicações dos processos de regularização fundiária, que são geridos por agências governamentais, tais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ou, em um segundo plano, ao pensarmos as implicações de políticas de reconhecimento, tal como tomado por José Maurício Arruti, para se entender a educação quilombola ou o debate em termos das línguas indígenas. Aqui, nesse caso, o estudo de Alfredo Wagner Berno de Almeida ilustra, comparativamente, como podem ser analisadas as modalidades históricas de se lidar com as línguas indígenas no Brasil. Seria válido incluir aqui, ainda, o estudo de Vânia Fialho que privilegia os efeitos que têm as políticas desenvolvimentistas sobre povos e populações tradicionais na região Nordeste.

Embora haja a inclusão maior de estudos e pesquisas no Nordeste brasileiro, consideramos que estes mesmos processos e planos de determinação estão presentes em outras situações e contextos brasileiros, tal como os artigos de Seyferth, Mauro Almeida et alli e Fábio Mura/Alessandra Barbosa da Silva, que se referem ao Sul, ao Norte e ao Centro-Oeste brasileiros.

Há um grande interesse de pensar os processos e dinâmicas identitárias, sem buscar reificações e naturalizações, mas entendendo as identidades como sendo forjadas em contextos específicos, historicamente situados, associados a planos e escalas variadas de ação política, tanto aquelas governamentais,

como aquelas pautadas nas interações e dinâmicas societárias em termos situacionais. Assim, como pensar os usos e dilemas próprios das identidades sociais e étnicas que, sem serem uniformes e exclusivas, referem-se ao signo próprio da heterogeneidade societária e da pluralidade cultural. Pautados na discussão teórica de Max Weber, tal como ressaltado por Mauro Almeida et alli, de Fredrik Barth e dos estudos de etnicidade mais contemporâneos, que questionam perspectivas mais dualistas para se entender os processos sociais, diversos artigos nesse dossiê ilustram e ressaltam analiticamente a coexistência de fronteiras, fluxos e dinâmicas que perpassam e cruzam entre coletividades, vistas normalmente como sendo distintas e opostas. Mas, ao contrário, podemos ver associações muito curiosas e teoricamente intrigantes para se entender a coexistência, as tensões e os dilemas que envolvem diversos grupos sociais e as afinidades que podem, assim mesmo, existir entre estes grupos, sobretudo entre caboclos e agricultores, índios e trabalhadores rurais, tal como os trabalhos de Grünewald, Palitot e Valle demonstram.

Para finalizar, podemos salientar que, recorrentes em diversos trabalhos, são as preocupações teóricas sobre a relação entre cultura e história ou cultura e política. Ou, então, uma preocupação com a coexistência de múltiplos fluxos culturais e tradições de conhecimento, que tem evidentes implicações para pensarmos as identidades plurais em contextos concretos e dinâmicas relacionais societárias no mundo rural brasileiro.

É assim, por fim, que este número de Raízes convida os leitores a um vislumbre do pluralismo sociocultural no meio rural brasileiro, com atenção especial para identidades étnicas ou tradicionais que imbricam com características rurais (ou camponesas), nos permitindo evocar rotas analíticas para nos aprofundarmos teoricamente nesse amplo tema e a partir dos sinais emitidos pela diversidade rural brasileira.

Boa leitura a todos.

Os editores

Raízes

v.31, n.1, jan-jun / 2011

Dossiê: Povos e Comunidades Tradicionais
(Carlos Guilherme Octaviano do Valle, Rodrigo de Azeredo Grünwald - Orgs.)

ARTIGOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS